



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO,
ARTES E DESIGN
FAMECOS

REVISTA FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 32, p. 1-17, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1980-3729 | ISSN-L: 1415-0549

<https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2025.1.46530>

SEÇÃO: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Narrativas institucionais e as reminiscências da ditadura: a construção da identidade organizacional da Braskem no contexto do desastre socioambiental em Maceió

Institutional narratives and reminiscences of the dictatorship: the construction of Braskem's organizational identity in the context of the Braskem socio-environmental disaster in Maceió

Narrativas institucionales y las reminiscencias de la dictadura: la construcción de la identidad organizacional de Braskem en el contexto del desastre socioambiental de Braskem en Maceió

Emanuelle Gonçalves

Brandão Rodrigues¹

orcid.org/0000-0003-0297-8136
emanuelle.rodrigues@ichca.ufal.br

Thaina Evellyn

Martiniano Alexandre¹

orcid.org/0009-0006-0471-2293
thaina.alexandre@ichca.ufal.br

Resumo: A ligação entre a Ditadura Militar, no Brasil (1964-1985), e a extração de sal-gema em Maceió, Alagoas, guarda relação com o desastre socioambiental da Braskem. Buscando compreender como o silenciamento emerge como aspecto central para a construção da identidade organizacional da mineradora, cujas origens são o ponto de partida para esse entendimento, este artigo analisa as narrativas da empresa sobre a sua história institucional. Para tanto, analisamos um conjunto de produtos institucionais da empresa a partir da perspectiva teórica de autores como Ricoeur (2006, 2010), Benjamin (1994), Rossi (2010) e Baldissera (2014). Os resultados indicam que o silenciamento tem sido uma das principais estratégias comunicacionais utilizadas pela Braskem no processo de expansão institucional, construindo uma identidade descolada dos compromissos sociais, culturais, políticos e ambientais da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: desastre socioambiental; narrativas institucionais; Braskem; ditadura militar; identidade e memória.

Recebido em: 10 jul. 2024.

Aprovado em: 20 fev. 2025.

Publicado em: 16 abr 2025.

Abstract: The connection between the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) and the extraction of rock salt in Maceió, Alagoas, is related to the socio-environmental disaster at Braskem. Seeking to understand how silencing emerges as a central aspect for the construction of the mining company's organizational identity, whose origins are the starting point for this understanding, this paper analyzes the company's institutional narratives that talk about its institutional history. As memory is the product of an elaboration that involves forgetting, we demonstrate how Braskem's communication contributes to the deconstruction of local memory. From the perspective of authors such as Ricoeur (2006, 2010), Benjamin (1994), Rossi (2010) and Baldissera (2014), we analyzed a set of institutional products from the company that cover its history. The results indicate that silencing has been one of the main communication strategies used by Braskem in the process of institutional expansion, building an identity detached from the social, cultural, political and environmental commitments of contemporary society.

Keywords: socio-environmental disaster; institutional narratives; Braskem; military dictatorship; identity and memory.

Resumen: La conexión entre la Dictadura Militar en Brasil (1964-1985) y la extracción de sal de roca en Maceió, Alagoas, está relacionada con el desastre socioambiental de Braskem. Buscando comprender cómo Buscando comprender cómo el silenciamento emerge como un aspecto central para la construcción de la identidad organizacional de la empresa minera, cuyos orígenes son el punto de partida para esta comprensión, este artículo analiza las narrativas institucionales



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió, AL, Brasil.

de la empresa que hablan de su historia institucional. Como la memoria es producto de una elaboración que implica olvido, demostramos cómo la comunicación de Braskem contribuye a la deconstrucción de la memoria local. Desde la perspectiva de autores como Ricoeur (2006, 2010), Benjamin (1994), Rossi (2010) y Baldissera (2014), analizamos un conjunto de productos institucionales de la empresa que abordan su historia. Los resultados indican que el silenciamiento ha sido una de las principales estrategias de comunicación utilizadas por Braskem en el proceso de expansión institucional, construyendo una identidad desvinculada de los compromisos sociales, culturales, políticos y ambientales de la sociedad contemporánea.

Palabras-clave: desastre socioambiental; narrativas institucionales; Braskem; dictadura militar; identidad y memoria.

Introdução

Completando 60 anos do golpe que implantou a Ditadura Empresarial-Militar² no Brasil (1964-1985), outro acontecimento marca a história do país e, de forma mais incisiva, a do estado de Alagoas. Em 2024, completou-se seis anos dos primeiros tremores que mudaram completamente a vida dos moradores e a paisagem local, resultando em um desastre socioambiental de grandes proporções que atingiu mais de 60 mil pessoas diretamente. Trata-se de um desastre anunciado que teve seu início no período ditatorial do regime militar brasileiro, o que não é mero acaso, mas aspecto determinante do processo de implantação da indústria petroquímica e da exploração de sal-gema em áreas de risco (Cavalcante, 2020; Marques, 2022). Como demonstramos neste artigo, esse foi um projeto de expansão industrial planejado e executado deste regime.

Em laudo técnico sobre os eventos que resultaram em tremores, rachaduras e afundamento do solo de bairros localizados acima das minas de extração de sal-gema em Maceió, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) (CPRM, 2019)³ concluiu que se tratava de um efeito da exploração de minério no subsolo da região. Até aquele momento, a Braskem, empresa responsável pela exploração

do minério, negava sua responsabilidade no desastre. Mesmo com as evidências, a mineradora contestou o relatório, mas seus argumentos não foram suficientes para se isentar da culpa.

Entre 2019 e 2020, a Braskem assinou quatro termos de cooperação técnica com a Prefeitura de Maceió, comandada pelo Prefeito João Henrique Caldas (PL)⁴, tomando como base o documento supracitado. Ainda em 2020, firmou acordo de compensação financeira em Ação Civil Pública dos Moradores com autoridades públicas, mas sem a presença de associações e movimentos que representavam as vítimas. A paralisação nas atividades de extração de sal-gema ocorreu primeiramente de forma preventiva, em 2019, e depois definitiva, em 2020. O fechamento dos poços começou na mesma época, assim como a utilização de aparelhos de monitoramento. A partir de 2019, milhares de pessoas começaram a ser realocadas com base nos acordos que envolviam medo, necessidade, dor e destruição. Tudo isso atravessado, ainda, por uma pandemia cujo vírus mortal, o SARS-CoV-2, ceifava vidas e espalhava o desespero.

Sete anos após os primeiros tremores, os impactos não cessam de aparecer, tampouco há previsão para acabarem. Por isso, temos abordado o caso como um desastre socioambiental em curso. A Braskem, por outro lado, tem falado sobre os acontecimentos sob uma ótica e uma linguagem técnicas, tratando o evento geológico que deu início ao desastre (termo não utilizado) como simples "subsistência" do solo. Em documentos e meios de comunicação institucionais, sustenta a narrativa da segurança como missão da empresa, algo que estaria além do elemento físico, envolvendo as esferas econômica, política, cultural e afetiva.

Paralelamente, suprime o significado dos acontecimentos e sua responsabilidade ao passo que evidencia as ações que visam "compensar" e

² Utilizamos o termo Ditadura Empresarial-Militar para falar sobre esse período porque, segundo Dreifuss (1981), ela se constituiu a partir de articulações de organizações financiadas pela classe dominante nacional e por entidades internacionais para a desestabilização do governo de João Goulart. Houve, assim, forte participação do empresariado na articulação para o golpe e também para a manutenção da Ditadura durante mais de duas décadas no país.

³ Antigo CPRM.

⁴ Reeleito em 2024, pelo mesmo partido de Jair Bolsonaro, com alto índice de aprovação no primeiro turno.

“assegurar” as pessoas afetadas diretamente. A supressão de fatos e significados parece ser uma herança do próprio contexto em que a empresa surge e ganha expressão, ampliando seu capital simbólico: a Ditadura Empresarial-Militar. É dessa forma que a memória organizacional da Braskem é produzida em uma constante dialética com o presente, seguindo estratégias de manutenção e desenvolvimento da imagem organizacional a partir da construção de uma identidade particular.

Na perspectiva aqui adotada, ancorada na hermenêutica ricoeuriana das narrativas, a noção de identidade assume uma dimensão narrativa interligada ao conceito de memória. Ricoeur (2010) pensa a narrativa como uma forma de materialização da experiência humana implicada na compreensão de um si que se constitui no processo de rememoração. Já a identidade tem a ver com a percepção que um sujeito ou entidade tem de si como aspecto contínuo de sua experiência no tempo, servindo de fator de integração e reconhecimento social. Mas como o tempo vivido é diferente daquele narrado, a ideia que temos de identidade pessoal ou coletiva apresenta fragilidades quando consideramos a mediação da temporalidade, visto que, nessa mesma abordagem, a memória se explica como o exercício de reprodução da história em sua materialidade prática.

Lembrar, para o autor, é também esquecer – e esse pode ser também um fator estratégico na produção de narrativas. Ele resolve esse problema propondo o conceito de identidade narrativa como a expressão de uma ação ética sobre o mundo que assume a fragilidade do “eu” como um ser único ao longo do tempo, afirmando o seu caráter relacional com a alteridade, que, inclusive, está inscrita no próprio sujeito (não somos o mesmo ao longo do tempo, mas as narrativas tendem a oferecer uma coerência histórica). Justamente aqui se fortalece a defesa de Ricoeur (2010, 2014) de que a identidade de si é produzida no processo de narrativização cuja memória se traduz em um recorte da experiência, o que coloca em xeque a dicotomia entre o histórico e o ficcional nas mais diversas categorias de narrativas.

Buscando compreender como o silenciamento emerge como aspecto central para a construção da identidade organizacional da mineradora, cujas origens são o ponto de partida para esse entendimento, este artigo analisa as narrativas institucionais da empresa que versam sobre a sua história institucional. Nesse sentido, a investigação parte da história da Braskem em Alagoas para demonstrar como o surgimento da organização é fruto do projeto desenvolvimentista dos militares, aliado aos interesses do capital internacional durante a Ditadura. Considerando que a memória é produto de uma elaboração que implica esquecimento, tentamos demonstrar como a comunicação da Braskem contribui para a desconstrução da memória local, criando rachaduras não somente nos muros, mas também na história da cidade e das pessoas.

Nosso *corpus* é composto por produtos internos e externos à organização que abordam a história da Braskem. No primeiro caso, utilizamos textos institucionais disponibilizados pela empresa em suas mídias próprias, como os seus portais em âmbito nacional e local (em Alagoas) e o relatório de ações do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF). Por se tratar de um amplo material, o qual tem sido estudado em nossas pesquisas, extraímos apenas alguns recortes para esta análise. No segundo caso, recorreremos a materiais de nosso arquivo de pesquisa que poderiam estabelecer de forma mais objetiva as relações históricas entre os projetos de exploração de sal-gema em Alagoas e de expansão industrial da Ditadura no Brasil. Foram usados recortes de matérias do jornal *O Globo*, da década de 1970, do *blog* História de Alagoas, produzido por especialistas na área, e postagens de um dirigente da empresa em rede social.

Apesar dos problemas gerados pela Braskem em Alagoas datarem de muitos anos atrás, poucas pesquisas científicas e matérias jornalísticas foram produzidas ao longo do tempo, seja pelo silenciamento da empresa ou do poder público, ou pelo bom relacionamento estabelecido com diversos setores. Logo de partida, tivemos

um material restrito para analisar. Como nosso enfoque está, desde o princípio, nas narrativas institucionais, foram considerados como critérios de seleção de materiais internos os seguintes textos institucionais:

- a) da Braskem sobre sua história;
- b) da sua atuação em Alagoas;
- c) das ações organizacionais com relação específica ao desastre e às vítimas.

Assim, utilizamos como recorte os textos das páginas institucionais que falavam da história da organização e o relatório do PCF, diretamente ligado ao caso. Com esses materiais, foi possível compreender a unidade das narrativas e as estratégias organizacionais na produção de sentidos sobre sua identidade.

A seleção dos materiais externos considerou a relevância de seus autores e do conteúdo no contexto de sua produção, que, a exemplo de *O Globo*⁵ e do CEO da Braskem, possuem autoridade e credibilidade para difundir suas narrativas. Já o *blog* especializado, apesar de possuir um público restrito, foi um dos materiais encontrados na *web* mais consistentes metodologicamente sobre a história da exploração de sal-gema em Alagoas, durante a Ditadura. Todos os documentos foram lidos em sua íntegra, mas para este artigo apresentamos os que explicitam melhor as estratégias comunicacionais da empresa. Apesar dos documentos possuírem datas variadas, o período de coleta e de análise de dados se deu entre fevereiro e junho de 2024, no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o caso Braskem.

A abordagem considera a perspectiva de Ricoeur (2006, 2010) sobre memória, identidade e narrativa, associada à perspectiva de Benjamin (1994) sobre história e a de Rossi (2010) sobre reminiscência. Em paralelo, utilizamos a noção de organização como discurso, de Baldissera (2014), para mostrar como a linguagem é um aspecto fundamental no processo de construção e desconstrução de memórias por parte das

organizações. O trabalho é fruto de discussões realizadas no âmbito de um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), na qual temos desenvolvido projetos de pesquisa e extensão ligados ao desastre socioambiental da Braskem.

Sob os buracos da Ditadura: resistências e silenciamentos sobre um desastre socioambiental

Enquanto eu dormia, cavaram um buraco no meu peito, dizia o muro do Pinheiro, dizia a fratura do Flexal, dizia o sonho do Bom Parto, da parte do sonho que repartiu. Enquanto eu dormia cavaram um buraco no meu sentimento... Bem do lado da Lagoa Fantástica, a rainha do sustento, a deusa do sururu perdido olhando pra fome de perto, vendo cascas vazias cheias de sonhos tremidos (Severiano, [2023]).

A história de Alagoas costuma ser contada de forma linear e, por vezes, descolada de contextos políticos e econômicos mais amplos. Há quem diga que não houve Ditadura Militar no estado, como se tivéssemos mergulhado em um sono profundo por duas décadas. Foi neste período que começaram, sem muito ruído, a cavar o subsolo da capital alagoana, formando um buraco no coração da cidade.

O golpe empresarial-militar, que teve início em 31 de março e se concretizou na manhã de 1º de abril de 1964, completou 60 anos em 2024. Seis décadas depois, ainda temos muitas lacunas a serem preenchidas sobre mais esse terrível episódio da história contemporânea do nosso país. Uma delas é como se deu o processo de implementação da Indústria Salgema S.A. e a exploração da sal-gema em solo alagoano, na cidade de Maceió, iniciado na década de 1970. Compreender que projeto de país buscavam as forças dominantes de 1964 é um fator relevante para analisarmos como se deu esse processo.

No cenário político-econômico brasileiro dos anos de 1960, o fenômeno dos interesses multinacionais e associados liderados pelos estadunidenses era o que se destacava. Dreifuss (1981)

⁵ Acessado no arquivo digital de O Globo.

afirma que esse quadro levou a uma crescente concentração econômica e a centralização de capital, com predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas, e a um processo de controle oligopolista de mercado. Esses interesses multinacionais e associados haviam se tornado a força socioeconômica dominante e, com isso, os representantes desse capital buscavam também meios de se organizarem enquanto classe com capacidade para influenciar os rumos do Brasil. Dessa forma, um novo "conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileira" (Dreifuss, 1981, p. 71).

O capital monopolista, mediado pela penetração de corporações multinacionais, redefinia a divisão internacional do trabalho e estabelecia um novo centro produtivo-chave e um bloco organizacional dentro da estrutura socioeconômica brasileira. A industrialização do Brasil seria integrada e absorvida por corporações multinacionais de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional (Dreifuss, 1981, p. 62).

A Ditadura implantada no Brasil, a partir deste momento, era um projeto articulado entre setores da classe dominante nacional, com participação de grupos internacionais, principalmente estadunidenses. Em Alagoas, no período do golpe, o governador era Luiz Cavalcante (1960-1965), militar de carreira, declaradamente anticomunista e com ligações com o principal complexo de organização e propaganda empresarial-civil dos ideais golpistas de 1964, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Comprometido com o projeto desenvolvimentista da Ditadura, ele foi um dos articuladores do golpe no Nordeste (Gusmão, 2019). Mas foi nos governos estaduais seguintes, Laménha Filho (1966-1971) e Afrânio Lages (1971-1975), ambos indicados em lista triplíce e escolhidos pelo governo ditatorial central, que foram implantadas, dentro da estrutura do estado de Alagoas, as mudanças necessárias para atingir as necessidades desenvolvimentis-

tas e de modernização capitalista que o projeto ditatorial buscava.

Apesar dessas ações, o quadro histórico da economia alagoana baseada na agroindústria do açúcar não sofreu grandes mudanças. Mas um novo setor industrial surgiu como alternativa para fortalecer a economia: o setor químico, derivado da exploração da sal-gema. Foi nos primeiros anos da Ditadura que teve início o processo de exploração do solo de Maceió. O Decreto n. 59.356, de 4 de outubro de 1966, que autorizava a pesquisa de sal-gema no estado, foi assinado pelo então ditador-presidente, o primeiro deles, Humberto Castelo Branco (1964-1967). Em seu artigo 1º, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o cidadão brasileiro Euvaldo Freire de Carvalho Luz a pesquisar salgema, em terrenos de sua propriedade e do Domínio da União, da Lagoa do Norte no distrito e município de Maceió, no Estado de Alagoas, numa área de quinhentos hectares (500 ha) delimitada por um polígono irregular [...] (Brasil, 1996l).

O Governador Afrânio Lages chegou a afirmar que a exploração da sal-gema em Alagoas era o "grande momento histórico de uma nova e imensa abertura para a indústria alagoana" e que Alagoas era uma "terra abençoada e feliz", pois "as perspectivas de desenvolvimento se perdem nos horizontes do incomensurável" (Gusmão, 2019, p. 36). A cadeia produtiva e industrial que surgiria a partir dessa exploração representava para a elite econômica alagoana uma forma de emancipação econômica do estado. Mas o que temos seis décadas depois é ainda uma Alagoas dependente do agronegócio açucareiro e seus sobrenomes, e como herança temos o maior desastre socioambiental em área urbana do mundo.

Os ecos da Ditadura ainda perduram no cotidiano da sociedade e suas ondas se fazem sentir com os tremores que racharam o solo e a vida de milhares de famílias em Maceió. A história da exploração de sal-gema na capital alagoana se confunde com a da própria Ditadura. Silenciosa e silenciadora, a Ditadura Empresarial-Militar chegou ao estado de Alagoas de forma sutil, quase se confundindo com o coronelismo que ainda

persistia como estrutura de governabilidade. Há quem diga que nunca existiu, o que fala menos sobre os indivíduos que assim pensam do que sobre o modo como a história oficial é construída, produzindo uma memória que silencia seu passa-

do (Pereira, 2024). Apesar disso, os governos dos interventores nomeados pelo comando geral (ver Figura 1) foram determinantes para os episódios de desastres que sucederam a instalação da Braskem em Maceió.

Figura 1 – Lista de Presidentes-ditadores do Brasil (1964-1985) e Governadores de Alagoas (1960-1986)

PRESIDENTES-DITADORES DO BRASIL DE 1964 A 1985				
1964 - 1967 Marechal Humberto Castello Branco	1967 - 1969 Marechal Artur da Costa e Silva	1969 - 1974 General Emílio Garrastazu Médici	1974 - 1979 General Ernesto Geisel	1979 - 1985 General João Baptista Figueiredo
GOVERNADORES DE ALAGOAS DE 1960 A 1985				
1961 - 1966 Luiz Cavalcante (UDN)	1966 - 1971 Antônio Lamenha Filho (ARENA)	1971 - 1975 Afrânio Lages (ARENA)	1975 - 1978 Divaldo Suruagy (ARENA)	1978 - 1979 Geraldo Mello (ARENA)
1979 - 1982 Guilherme Palmeira (PDS)	1982 - 1983 Teobaldo Vasconcelos (PDS)	1983 - 1986 Divaldo Suruagy (PDS)		
EXPLORAÇÃO DA SAL-GEMA EM MACEIÓ DE 1966 A 1985				
1966 Autorização para exploração da sal- gema	1967 Fundação da Salgema Indústrias Químicas Ltda	1974 Construção da indústria de cloro- soda	1975 Início da extração da sal-gema em fábrica localizada no Pontal da Barra	1976 Muda-se o nome para Salgema Mineração Ltda
1977 A empresa dá início à produção comercial	1985 Ampliação da capacidade operacional da empresa			

Fonte: Produzido pelas autoras.

Nesse sentido, a memória não é uma simples lembrança, mas objeto de uma produção que tem como visada o futuro. A disputa em torno dela é fundamental para a manutenção do poder na medida que, como aponta Benjamin (1994b), a história hegemônica é sempre a versão do vencedor. De uma versão dos fatos tende a se tornar a realidade em si.

A história da exploração de sal-gema no estado começa muito antes da fundação da mineradora, quando, no início da década de 1940, o Conselho Nacional de Petróleo (na época ainda não existia a Petrobrás) contratou uma empresa para explorar petróleo na região de mangue da Lagoa Mundaú, que resultou na descoberta da sal-gema. Mas foi somente em 1966, mais de vinte anos depois, que

foi obtida concessão de lavra por um empresário em área de domínio da União. Seu nome era Euvaldo Luz, dono do Grupo Luz, responsável por fundar, em 1967, a Salgema Indústrias Químicas Ltda., que às vésperas de iniciar a exploração do mineral, em 1976, tornou-se Salgema Mineração Ltda. (Marques, 2022).

Em 16 de dezembro de 1977, período em que o Brasil tinha como presidente o ditador Ernesto Geisel e, em Alagoas, o estado era governado pelo indicado da Ditadura, Divaldo Suruagy, o jornal *O Globo* dedicou uma página inteira de sua edição para falar sobre a importância da salgema para o desenvolvimento de Alagoas. No título da matéria, *O Globo* destaca "O progresso de Alagoas, nas suas jazidas de salgema" (*O Pro-*

gresso..., 1977, p. 19. O jornal *O Globo* era naquele momento o maior jornal em circulação no país e o mais importante, era um porta-voz dos feitos econômicos realizados pela Ditadura Militar. Em outra matéria da mesma edição, o *O Globo* destacou a decisão presidencial e confirmada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 27 de agosto de 1975, que estabeleceu a "construção de uma grande unidade de dicloretano no Nordeste, preferencialmente em Alagoas para o aproveitamento da disponibilidade de cloro existente" (*O Complexo...*, 1977, p. 8). Podemos observar que a construção do Complexo Químico de sal-gema em Alagoas não foi mero acaso, foi uma escolha "preferencial" do governo ditatorial.

A escolha da Ditadura por Alagoas colocou para o governo do estado a responsabilidade de "promover os meios necessários para a consecução do plano" (*O Complexo...*, 1977, p. 19). Assim, então foi criada uma coordenação do Complexo Químico que contou com membros do governo federal e estadual, e o desenvolvimento do projeto foi executado pela mesma equipe que executou o Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

A concretização do projeto seguiu a linha imposta pela Ditadura, sendo uma imposição do próprio regime, que tinha a implementação da indústria de clorossoda uma prioridade máxima do governo do estado (Marques, 2022). Assim, a extração de sal-gema, de acordo com Marques (2022, p. 27), começou em 1975 "em uma fábrica localizada no Pontal da Barra, sem estudo de impacto ambiental e sem licenciamento para implantação adequada".

Em 1985, ocorreu a implantação do Complexo Industrial no Pontal da Barra, a despeito das manifestações técnicas e sociais contrárias, que apontavam para os riscos futuros. Como ocorria desde os primeiros anos de descoberta e exploração do minério, as vozes dissidentes continuaram a ser silenciadas e os riscos negligenciados (Cavalcante, 2020). Não se tratava de uma coincidência a Salgema ter sido fundada e também ter crescido de forma acelerada no período que compreendeu os governos do regime

militar, muito pelo contrário:

A implantação de Indústrias Químicas em ambientes frágeis se deu como estratégia desenvolvimentista (ideologia do crescimento a qualquer custo) dos governos militares brasileiros. A presença de extensas jazidas de sal-gema com reservas estimadas em três bilhões de toneladas de minérios com grande pureza, que teriam um potencial de serem extraídas por 300 anos, atraiu logo a atenção de grandes empresários nacionais e internacionais para a área dos canais e lagoas (Nascimento; Cavalcante, 2018, p. 46).

As propagandas da Salgema também estampavam as páginas do jornal *O Globo*. Em edição do referido jornal, em 17 de dezembro de 1985, a propaganda da Salgema trazia o desenho de uma bordadeira de Marechal Deodoro, município vizinho à Maceió, tecendo o filé, um tipo de bordado tradicional de Alagoas que é caracterizado por ser de fios coloridos e atados em nós. O texto da propaganda anunciava: "o futuro do nordeste está sendo tecido em Alagoas" (*O Futuro...*, 1985, p. 8). Mais uma vez, o meio de circulação da mensagem da Salgema foi o maior jornal de repercussão do país, o que demonstra uma articulação importante para informar nacionalmente que o principal projeto de desenvolvimento da região Nordeste era a exploração da sal-gema e a cadeia industrial a partir dessa exploração.

Fragoso (2022) mostra como a empresa sofreu alterações em seu capital social ao longo dos anos de exploração. Em 1992, o setor petroquímico no Brasil passou por um processo de privatização, como uma grande parte dos setores da economia brasileira iniciada a partir das políticas neoliberais do Governo de Fernando Collor. Em 1997, surgiu a Trikem, que tinha como principal acionista o Grupo Odebrecht, e, em 2002, a Braskem, cujo quadro atual de acionistas é formado pela Novonor (antiga Odebrecht), com 50,1% das ações; Petrobras com 47%; e outros de porte menor. A Braskem surgiu da incorporação de diversas empresas do ramo petroquímico pelo Grupo Odebrecht, sendo esse um dos grupos privados que mais ascenderam e acumularam capital durante os anos da Ditadura. Em 2002, ela foi anunciada como o "futuro da petroquímica do

Brasil", uma a empresa que seria "sinônimo de [...] responsabilidade ambiental e social" (Braskem, [c2024a].

O crescimento da Braskem enquanto multinacional perpassa pela exploração de recursos naturais, bens comuns a toda a população, da qual as consequências foram sofridas por toda a comunidade, mas seus lucros não. A exploração

de sal-gema em Maceió já promovia resistências de uma parte da população desde o início de suas instalações e viria a tomar forma de movimento em 1986, por meio do Movimento Pela Vida (Movida) (Nascimento; Cavalcante, 2018, p. 47), quando a empresa planejava a ampliação de sua capacidade operacional e a instalação do Polo Petroquímico em Marechal Deodoro (ver Figura 2).

Figura 2 – Ato contra a duplicação da Salgema em 1986 – Concentração na Praça D. Pedro II



Fonte: Josival Monteiro. Acervo *Tribuna de Alagoas*.

Após décadas de exploração e uma série de eventos que geraram danos para trabalhadores e pessoas do entorno da indústria, um terremoto no bairro do Pinheiro mudou para sempre a história da cidade. A partir de estudos técnicos nas áreas afetadas por tremores, afundamento do solo e rachaduras, e de uma série de contestações da Braskem, o SGB (CPRM, [2019]) concluiu que "a deformação nas cavidades de extração de sal-gema teve papel predominante na origem dos fenômenos que estão causando danos na região estudada. Este processo está em evolução". Era o início de um desastre que em menos de seis anos já havia acabado com cinco bairros de Maceió, mas sem previsão de fim, prejudicando toda a cidade.

Longe de ser uma exceção, o caso Braskem é um entre tantos desastres ambientais que ocupam lugar privilegiado para compreender a

história do Brasil, muitas vezes se confundindo com ela. Sua maior novidade é o fato de ocorrer em área urbana, no coração de uma capital. Como mostra Araújo (2020), o modelo minerador de exploração impõe um padrão de violência e violação que implica a degradação da vida coletiva.

Há um aspecto em particular no caso Braskem que parece emblemático, que consiste no processo de revitimização da vítima. O silenciamento ou até mesmo negação de um desastre torna suas vítimas duplamente afetadas: a primeira, pela tragédia, a segunda, pela descredibilização de seu sofrimento. É o que fez o conselheiro da empresa, João Batista, ao minimizar o caso: "A dita tragédia de Maceió não existiu. Graças a Deus não morreu ninguém. A ação coordenada de todos e a liderança da Braskem evitaram a tragédia. Não perdemos uma vida" (Figura 3).

Figura 3 – Postagem de João Batista, acionista da Braskem, sobre o caso Braskem



Fonte: LinkedIn.⁶

O processo de transição para a democracia no Brasil foi orquestrado de cima para baixo, de forma pacífica entre os poderes e sem a responsabilização de torturadores e agentes públicos que colocaram em prática durante mais de duas décadas o terrorismo como política de Estado. Em Alagoas, o pós-Ditadura foi a consolidação na política dos apoiadores da Ditadura, tendo Divaldo Suruagy como o primeiro governador eleito por sufrágio universal no pós-Ditadura, o mesmo que foi responsável pela autorização da construção do Complexo Químico em Alagoas para o tratamento

da sal-gema retirada do subsolo.

Mesmo depois da consolidação do período democrático com a convocação de novas eleições e o estabelecimento do sufrágio eleitoral como meio de indicação de representantes políticos para os cargos dos poderes Executivo e Legislativo, o comportamento político das elites dominantes não mudou. Isso ajuda a explicar a inação dos poderes públicos com relação à atuação irregular de empresas de mineração em todo o país. O capital político e econômico dessas organizações resultou no silenciamento

⁶ Membro do Conselho de Administração da Braskem, Batista afirmou em sua rede social que não houve vítimas no desastre socioambiental provocado pela Braskem em Maceió.

ou desinteresse por parte de algumas instituições sociais em explorar casos que sucederam os grandes desastres registrados na última década no Brasil. Como no caso da Braskem, anunciante de grandes grupos de mídia e promotora de campanhas de conscientização ambiental e soluções sustentáveis, até hoje se busca um desfecho que resulte minimamente em responsabilização civil e criminal.

É desse modo que, como lembra Marx (2011, p. 25), "A história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.". Assim, cruzam-se não apenas as histórias da Ditadura Empresarial-Militar e do desastre socioambiental em Maceió, mas os seus frutos: as resistências e os silenciamentos. As resistências que, no passado, envolveram grupos e movimentos sociais que se levantaram e se organizaram contra a Ditadura e a exploração da sal-gema na cidade; essas lutas se entrelaçam com a batalha dos moradores atingidos pelo desastre da Braskem. O silenciamento, como no passado, também se faz presente na tentativa de esconder responsabilidades e o próprio desastre em âmbito nacional, invalidando a dor, o sofrimento e a perda das vítimas: a população atingida e toda Maceió.

Identidade organizacional e a (des) construção da memória local nas narrativas institucionais da Braskem sobre a crise socioambiental

Enquanto eu dormia cavaram um buraco no meu peito. Dizia o verso furado, dizia o muro da ganância, na fronteira da ignorância no flagelo da infância que o lucro comeu. Enquanto eu dormia cavaram um buraco na memória e no asfalto. E na trama de buraco em buraco cavaram tão alto, tão alto, que dormindo ou acordado, não consigo ver o fundo falso do acordo falso onde meu sonho se perdeu. E a pouco o oco esqueceu (Severiano, [2023]).

De acordo com Ricoeur (2006), a linguagem exerce uma tripla mediação na compreensão da narrativa: referencialidade, comunicabilidade e compreensão de si, todas interligadas entre si. Essas são as premissas da hermenêutica ricoeuriana, que se dedica a interpretar o texto como

uma experiência de construção de sentidos. Partindo da ideia de que toda narrativa é dotada de historicidade e algum nível de ficcionalidade, a hermenêutica de Ricoeur (2010) assume a intriga como um acontecimento estruturante da compreensão do texto e da identidade narrativa.

Assim, quando tomamos por objeto as narrativas organizacionais da Braskem, chama-nos atenção a construção de uma realidade descolada do cotidiano, caracterizando-se pelo silenciamento de aspectos decisivos de sua história que são definidores da identidade organizacional. Isso reforça que a identidade da empresa é produto de uma narrativa que dialoga com os interesses da razão política dominante, orientada pela lógica capitalista, motivo pelo qual o discurso da sustentabilidade atravessa sua narrativa como um fator de reconhecimento e redenção.

Apresentando-se como uma empresa que trabalha "continuamente para melhorar a vida das pessoas" (Braskem, [c2024a]), a mineradora afirma que: "Saúde e Segurança são valores fundamentais e inegociáveis para a Braskem. Não à toa, nossos resultados nestes temas estão entre os melhores da indústria química global" (Braskem, [c2024c]). E complementa: "O trabalho contínuo na área de Segurança traz excelentes resultados. Atualmente, a taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento (considerando integrantes e parceiros) é de apenas 0,95 – o melhor resultado dos últimos três anos" (Braskem, [c2024c]).

No que se refere ao caso em Maceió, no relatório de ações do PCF, a empresa reitera que "a prioridade da Braskem é a segurança das pessoas" e que "vem contribuindo com o poder público na compreensão da subsidência em Maceió e na minimização dos efeitos sobre os moradores" (Braskem, c2024b, p. 6). Em quase todas as falas institucionais, percebemos o esforço para reconstituir eventos históricos que reforcem sua versão dos fatos. É o caso do texto sobre a decisão pela desocupação da região e realocação dos moradores, assim como sua relação com o SGB (o qual ela contestou o laudo técnico, a princípio):

Em maio de 2019, a Braskem interrompeu a extração de sal em Maceió e paralisou a fábrica do Pontal da Barra. A empresa contratou estudos independentes, no Brasil e no exterior, para ampliar a análise da subsidência feita por órgãos oficiais como o Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). Para a segurança dos moradores, a Braskem propôs a criação de uma área de resguardo em torno dos poços de sal, com a desocupação de imóveis e a indenização das pessoas. Foi criado o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, com uma estrutura de apoio aos moradores, desde a preparação da mudança até o pagamento da indenização (Braskem, c2024b, p. 6).

Os estudos sobre identidade organizacional são de fundamental importância para as práticas de comunicação nas organizações, pois constituem o ponto de partida para o desenvolvimento de todo planejamento estratégico. Ao adotarmos a perspectiva de Baldissera (2014) de que as organizações se produzem através de e como discursos, também assumimos que a identidade se constitui no ato de narrar a si mesma, algo muito diferente da imagem, que tem a ver com a percepção pública sobre a organização. É algo que encontramos em recortes como este: "[...] temos um dever com a sociedade e as comunidades dos locais onde atuamos, por isso respeitamos e cuidamos do meio ambiente, além de promover o bem-estar de todos" (Braskem, lc2024a).

Ao narrar uma história sobre si, uma organização faz um duplo movimento: de construção da identidade e de produção da memória organizacional. O conceito de identidade narrativa, postulado por Ricoeur (2010), ajuda a compreender esse processo na medida em que expressa o modo como a identidade do personagem é construída no ato de narrar a si mesmo, descrevendo tanto as características desse sujeito como situando-o em uma esfera de ação atravessada por diferentes dimensões da vida social. Tratando-se de um sujeito histórico, a forma como um ente narra sua trajetória é, para o autor, fundamental para organizar essa identidade cuja visada moral seria capaz de conferir uma unidade às suas ações. Por esse motivo, a identidade só existe na medida em que é narrada, o que faz da organização um discurso que produz continuamente

a si mesma por meio de um processo histórico, resultando, igualmente, na produção de uma memória sobre si.

A narrativa utilizada pela Braskem para informar sobre o ocorrido em Maceió utiliza uma série de supressões de informações imprescindíveis para o entendimento do desastre na cidade. Ao informar que, em 2019, "interrompeu a extração de sal em Maceió" (Braskem, c2024d, p. 6), a empresa omite que não foi uma decisão livre e espontânea, mas forçada através das evidências apresentadas pelo SGB, que apontou sua responsabilidade nos afundamentos dos bairros. Ao escolher o substantivo "subsidência", a empresa se vale de um conceito técnico incomum na linguagem cotidiana, passando a impressão de um evento geológico natural. Assim, constrói uma percepção de ausência de culpa e compromisso com a segurança e a saúde das vítimas, estratégia que visa silenciar o papel central do extrativismo mineral da empresa na ocorrência do desastre socioambiental.

Como apresenta Marques (2022), os riscos existiam desde a concessão de exploração de sal-gema na década de 1970 e a posterior instalação, em 1985, do complexo industrial em local perigoso, com alta densidade demográfica e em processo de expansão. Seu relato técnico reforça a importância de olharmos para as condições históricas de surgimento da Braskem. Diferente do que é narrado institucionalmente, foi um processo complexo de silenciamentos e resistências.

No relatório de compensação financeira, por exemplo, ao contrário da palavra segurança, que aparece 17 vezes na última atualização do documento de 38 páginas, em nenhuma destas encontramos referência a palavras-chave do evento, como "desastre", "vítima", "crise" e "afundamento", esse último substituído por "subsidência" – termo técnico utilizado por geólogos e geógrafos para explicar um movimento lento de afundamento de um terreno (Goes, 2019, p. 5).

Analisando a linha do tempo apresentada pela empresa em seus dois portais institucionais (nacional e local), encontramos uma narrativa linear

que apresenta um vácuo entre as décadas de 1970 e 1980, como se o seu surgimento fosse um evento natural do processo de desenvolvimento econômico. Ao narrar sua história nesses espaços institucionais, ação estratégica de comunicação organizacional, a empresa parte do momento em que passou a atuar no ramo petroquímico, em 1979, mas sem detalhamento. Em plena Ditadura, as formas como a mineradora conseguiu concessão de lavra e logrou resultados são silenciadas. Mas tanto esse início como o momento em que a Odebrecht compra 33% da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), privatizada em 1978, estão diretamente ligadas ao governo da época: a ascensão econômica da Odebrecht e a privatização de empresas estatais.

Para narrar sua história em Alagoas, a Braskem tem uma página específica e retoma essa narrativa no Estado a partir de 1976, quando já estava em processo de extração da sal-gema em Maceió. Aqui também não há menção às figuras públicas, indivíduos ou organizações que contribuíram para o seu desenvolvimento. Na linha do tempo, a empresa saltou duas décadas, contando o marco de 1996, quando se tornou Trikem, e 2002, quando se transformou em Braskem. A narrativa é construída a partir das grandes ações realizadas pela empresa e sua ascensão no ramo petroquímico em escala mundial, no qual, já em 2002, é listada na Bolsa de Valores de São Paulo e de Nova Iorque, sendo dessa última a empresa mais valorizada em 2003 e a partir daí o foco é na sua expansão internacional.

Ao narrar sua história com lapsos temporais, a Braskem utiliza uma estratégia comum de comunicação da comunicação pública do regime que autorizou sua criação: a supressão de fatos e o silenciamento, contribuindo, assim, para a (des) construção da memória local não só da empresa, mas do território explorado sob a Ditadura em Alagoas. Se a exploração da sal-gema no Estado foi um projeto escolhido "preferencialmente" pelo governo ditatorial e desenvolvido por seus agentes estaduais, a implantação dessa indústria é uma parte fundamental da história da Ditadura no Estado.

De acordo com Rossi (2010, p. 28), "a memória faz que os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente". O autor defende, igualmente, que o apagamento da memória é uma tentativa de silenciamento, o que, em alguns contextos, possui melhores condições de sucesso, como mostra a história do século XX, "cheia de censuras, pagamentos, ocultações, sumiços [...]" (Rossi, 2010, p. 33).

Ao analisar as narrativas institucionais, cujos exemplos aqui são apenas um recorte, o silenciamento parece disputar espaço com as reminiscências de uma época, presente apenas nas lembranças de poucas testemunhas. Elas se aproximam do que Benjamin (1994b, p. 232) entende por historicismo, que busca "estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história". É o que vemos em sua linha do tempo no portal local, em que os marcos são apresentados como:

- a) início da extração de sal-gema (1976);
- b) mudança de nome (1996);
- c) início da Braskem (2002);
- d) inauguração do polo industrial (2012);
- e) subsidiária em Maceió (2018);
- f) início dos estudos de sonares (2019);
- g) acordo com as autoridades (2021);
- h) atendimento exclusivo para comerciantes e empresários (2021);
- i) início das obras na Encosta do Mutange (2022);
- j) avanço das obras na Encosta do Mutange (2023);
- k) obras do Projeto Flexais são iniciadas.

Além dos saltos temporais em um contexto fundamental de surgimento e consolidação da empresa, o que vemos é o destaque para o que Ricoeur (2010) nomeia como "intriga", o acontecimento que repercute nas ações dos personagens – a organização, neste caso. A atitude organizacional é construída sobre o apagamento das vítimas e a busca pelo protagonismo em um processo predatório de exploração, construindo

uma narrativa contraposta à da população afetada. E ao silenciar, a memória local é construída sob uma ótica alternativa de destruição.

Como recurso narrativo, a história linear visa atribuir uma coerência ao percurso do personagem, conferindo certa unidade à identidade que busca construir. A criação de uma linha do tempo é um aspecto salutar da produção da memória institucional, especialmente quando analisamos o caso da Braskem. A implantação da indústria petroquímica em Maceió não ocorreu de maneira pacífica, mas com o antagonismo das vozes dissidentes: engenheiros, geólogos, técnicos, professores, estudantes, moradores e movimentos sociais. Isso mostra que os públicos da mineradora já se movimentavam há décadas, não apenas quando os tremores de terra no Pinheiro passaram a constituir a materialidade do rastro de destruição da Braskem. É nesse sentido que Rossi (2010, p. 36, grifo do autor) afirma que "*toda vez que tocamos no tema da memória, somos chamados também para o tema do esquecimento*".

Essa linearidade progressista como a história da organização é narrada a situa justamente dentro da lógica capitalista, cuja concepção de história, segundo Benjamin (1994b), é uma marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. Essa lógica, como defende o autor, desconsidera que "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'" (Benjamin, 1994b, p. 229).

Quando aborda especificamente a história do desastre, a narrativa da Braskem segue o mesmo propósito de reforçar sua identidade como uma empresa humanizada e sustentável. Essa coerência narrativa possibilita a produção de uma memória organizacional. Assim, identidade e memória são aspectos de uma mesma estratégia organizacional, cuja linguagem é determinante para a eficácia comunicacional. Isso porque "a memória [...] tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro" (Rossi, 2010, p. 24). A narrativa, portanto,

tem algo de mágico em sua capacidade criativa, pois enquanto "a informação só tem valor no momento em que é nova [...], muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver" (Benjamin, 1994a, p. 204).

A tripla mediação da linguagem proposta por Ricoeur (2006) está presente no processo de construção da identidade narrativa, sendo um fator determinante para a produção da imagem organizacional da empresa, isto é, a percepção pública sobre a marca. A tentativa de apagamento do passado e suas relações históricas com o regime militar, que tornou a exploração de sal-gema possível, somam-se ao processo de reposicionamento da marca, que busca associar a mineradora às práticas sustentáveis e à responsabilidade social. Isso é possível porque as narrativas institucionais carregam uma série de referências presentes no cotidiano do público, que por meio da comparação, podem associar as práticas da Braskem a de organizações comprometidas com o meio ambiente e o interesse público.

Nesse sentido, a mediação da comunicabilidade é indissociável da referencialidade e podemos observá-la no modo com a Braskem constrói narrativas com linguagem adequada às estratégias e aos públicos que se direciona. Prova disso é que enquanto em seus *sites* e campanhas a empresa utiliza forma e conteúdo de fácil assimilação para o público, explicando de maneira simples como valores ligados à sustentabilidade e à responsabilidade social se fazem presentes em suas ações cotidianas, nos documentos referentes ao desastre, usa termos técnicos, repetições e evita certos assuntos para não se implicar mais. A comunicação, com isso, informa desinformando.

Por fim, a mediação que Ricoeur (2006) nomeia como "compreensão de si" está ligada ao processo de autoconhecimento provocado pela narrativa, relacionando a identidade narrativa dos personagens – neste caso, da Braskem e dos leitores. Toda narrativa visa gerar identificação, em algum grau, com o seu leitor. Não por acaso,

a Braskem, diante da crise gerada pelo desastre, reforça em seus enunciados a "preocupação com as pessoas", pois ela busca conferir a si mesma características comuns a pessoas que possam se identificar com ela.

Ao abordar seu próprio histórico, a Braskem silencia os atores que foram determinantes para o seu surgimento e crescimento, salientando, todavia, uma missão sustentável que parece estar mais associada a uma estratégia comunicacional que faz referência ao presente. É nesse sentido que a identidade organizacional vai sendo construída por meio de uma narrativa que, ao mesmo tempo, é um aspecto determinante na produção da memória da organização.

É por isso que o tema da memória sempre evoca o do esquecimento. Mas sendo a memória o produto de uma elaboração (Rossi, 2010), a relação histórica que a exploração de sal-gema em Maceió estabelece com a Ditadura só se faz possível através de um processo de reevocação do passado, cujo silenciamento não parece ser mera consequência, mas um projeto de esquecimento. A forma mais apropriada para compreender a trajetória do "buraco" em que a cidade se encontra hoje é por meio das reminiscências da Ditadura, que na tradição filosófica "remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido" (Rossi, 2010, p. 15), como uma espécie de reevocação de algo anteriormente vivido, mas por algum motivo esquecido. Difere da memória por seu caráter rudimentar, cuja visada, no caso das organizações, é traçar uma trajetória coerente com a identidade que se quer apresentar. Assim, enquanto a memória vislumbra o futuro, a reminiscência procura entender o presente.

Além dos vácuos e silenciamentos sobre as condições que tornou a organização possível, enfocando no aspecto da segurança como valor organizacional de primeira ordem, a Braskem busca sobrelevar os acontecimentos ruins com o discurso da sustentabilidade e da empregabilidade, que servem de pavimento para a construção de uma narrativa de sucesso. A empresa tenta demonstrar como a sua existência é fundamental para a geração e a manutenção de postos de

trabalho, especialmente em estados pequenos como o de Alagoas: "Aqui, a Braskem gera mais de 750 empregos diretos e 3,3 mil indiretos com duas operações (em Maceió e Marechal Deodoro), liderando a cadeia da indústria plástico-química na região" (Braskem, lc2024dl).

Como discursos, as organizações são efeito daquilo que dizem, isto é, das narrativas que constroem sobre si mesmas dentro de um movimento que faz da sua identidade o resultado de um modo de narrar e do conteúdo que é narrado. Esse fenômeno, que Ricoeur (2010) chama de identidade narrativa, está ligado ao processo de produção da memória organizacional das empresas, que envolve revelações e silenciamentos, introjeção e afetação. Sendo a organização um sistema complexo de interrelações que se articula permanentemente com outros sistemas e atores sociais, a produção da memória não ocorre à revelia dos processos sistêmicos, mas afeta e é afetada por eles.

Considerações finais: desafios para a comunicação organizacional

O que afunda não é uma casa, paredes, azulejos, janelas tampadas com cimento, portas fechadas pela última vez. O que afunda não é uma escola, um hospital, o campo de treinos do CSA, tijolos infinitos como lágrimas de sal. O que afunda é a luz do quarto das crianças, as flores que ficaram, os gatos perdidos no silêncio do bairro. O que afunda somos nós, um tremor de angústia no fio da navalha. Nossas vidas nas cavernas subterrâneas, uma larga rachadura no subsolo da alma (Pronzato, 2022, p. 23).

Em 2024, completaram-se seis décadas do início da Ditadura Empresarial-Militar e seis anos do desastre socioambiental provocado pela mineração da Braskem em Maceió. Eventos tão distantes e ao mesmo tempo tão entrelaçados pela história nos modos como afetam um lugar. Nossa análise demonstra como as relações e pactos entre militares e empresas é um aspecto determinante para compreender não apenas o desastre, mas também o modo como as organizações envolvidas desenvolvem uma comunicação baseada no silenciamento. A história do desastre

está ligada a um projeto de país construído e executado com muitos agentes e buscando um desenvolvimento a qualquer custo, mesmo que este se realizasse produzindo vítimas – e no caso da mineração de sal-gema em Maceió, todo um ecossistema e uma cidade afetada para sempre.

Ao construir uma narrativa linear focada em valores do presente, como segurança e responsabilidade social, a Braskem produz a memória da organização em sintonia com este tempo, seguindo estratégias de manutenção e desenvolvimento organizacional, afetando, consequentemente, outras memórias, como aquela construída em torno dos bairros afetados. Estes locais constituíram um importante polo cultural, político e econômico da cidade, compondo um lugar que, como o coração, era responsável por conectar diversas regiões da cidade e fornecer diversas produções culturais e de subsistência para outras regiões. Sem eles, é como se um pouco da cidade – e de cada um de nós – tivesse morrido. Para muitas vítimas diretamente afetadas, o luto é uma dor permanente. O que morreu foi a possibilidade de um futuro.

Apesar das contradições presentes nas narrativas institucionais da Braskem, a construção de uma identidade organizacional baseada nos atributos mencionados é também uma forma de deslegitimação da memória local das vítimas. Além disso, a mineradora também utiliza instrumentos jurídicos para tentar silenciar vítimas que buscaram meios públicos de denunciar a empresa e sua mineração predatória. Desde 2021, a mineradora move um processo contra lideranças políticas, religiosas e das vítimas do desastre que estiveram em uma manifestação inter-religiosa, mesmo após ter perdido o objeto. Esses líderes, juntamente com as vítimas, ocuparam as ruas em frente à sede da Braskem em Maceió para denunciar o desastre socioambiental e o alto número de suicídios de ex-moradores dos bairros atingidos pelo desastre. Eram 16 casos até 2021.

A Braskem, no entanto, move uma ação judicial para que as lideranças dessa manifestação assinem uma proposta de minuta abrindo mão de promover ou participar de manifestações

dentro de um perímetro de 10 quilômetros dos imóveis da mineradora na cidade, o que, na prática, impediria protestos em praticamente toda a cidade. A utilização pela Braskem de aparelhos jurídicos do Estado para impedir e censurar o direito constitucional de livre manifestação remete ao passado que também faz parte de sua história, a ascensão da exploração da sal-gema em plena Ditadura Militar.

Mesmo buscando desenvolver uma identidade organizacional focada em ideias do presente, como falamos acima, a Braskem, em suas práticas organizacionais, recorre à criminalização e à censura contra aqueles que oferecem risco à construção de sua narrativa hegemônica de uma empresa que se preocupa com o meio ambiente e a segurança das pessoas.

As organizações não constroem apenas sua memória ao produzirem narrativas sobre si. Essa é uma questão que precisamos avançar se quisermos pensar as Relações Públicas contemporâneas. São tanto produtos como produtoras da sociedade a qual fazem parte. Por que essa discussão é importante para as relações públicas? Reconhecer o passado é transformar o futuro. Construir práticas de relações públicas comprometidas com a transformação, neste caso específico, é de fato o comprometimento de construir um futuro melhor. Construir, aqui, é desconstruir uma narrativa pensada para o esquecimento da memória local, possibilitando que a memória dos afetados pelo desastre provocado pela Braskem não seja também rachada como as paredes dos muros de suas casas.

"Nenhuma boca para sorrir. Tantos olhos para chorar" (Severiano, [2023]). Com a metáfora do buraco, o poema de Severiano, apresentado ao longo deste texto, mostra como a dor está longe de ser compensada, convocando nós, profissionais de comunicação organizacional e relações públicas, a repensarmos nosso estar no mundo.

Como Benjamin (1994b, p. 224) alertou: "O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse

inimigo não tem cessado de vencer". Assim, entendemos que a crise ambiental, que atinge de maneira desigual a sociedade, é uma crise do capitalismo, cujo vencedor, representado pelas classes dominantes, não se cansa de vencer (Benjamin, 1994b). Que esse alerta possa servir para tentarmos impedir que o inimigo vença, pelo menos desta vez.

Referências

ARÁOZ, H. M. Mineração, genealogia do desastre. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

BALDISSERA, R. A complexidade dos processos comunicacionais e a interação nas organizações. In: MARCHIORI, M. (org.). Cultura e interação. Coleção faces da cultura e da comunicação organizacional. Rio de Janeiro: Difusão: Senac, 2014. p. 113-124.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas I). Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. p. 197-221.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas I). Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. p. 222-236.

BRASIL. Decreto nº 59.356, de 4 de outubro de 1966. [Autoriza o cidadão brasileiro Euvaldo Freire de Carvalho Luz a pesquisar salgema no município, de Maceió, Estado de Alagoas]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11704, 11 out. 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59356-4-outubro-1966-400012-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Autoriza%20o%20cidad%C3%A3o%20brasileiro%20Euvaldo,de%20Macei%C3%B3%2C%20Estado%20de%20Alagoas>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASKEM. Institucional. São Paulo: Braskem, c2024a. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/perfil>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASKEM. Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação: ações em Maceió. São Paulo: Braskem, c2024b. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/como-funciona>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASKEM. Braskem: Saúde e Segurança. São Paulo: Braskem, c2024c. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/saudeeseguranca>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASKEM. Braskem Alagoas. São Paulo: Braskem, c2024d. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/alagoas>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): volume I, relatório síntese dos resultados n. 1. Brasília: CPRM, 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/21133>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CAVALCANTE, J. Salgema: do erro à tragédia. Maceió: Cesmact, 2020.

DREIFUSS, R. A. 1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

GOES, H. Curso Básico de Percepção e Mapeamento do Risco Geológico. Vitória: CPRM, 2019. Disponível em: https://defesaciviles.gov.br/Media/DefesaCivil/Material%20Did%C3%A1tico/CBPRG%20-%202019/Aula%206_Subsistencia%20e%20colapso_CPRM_Vitoria.pdf. Acesso em: 1 mar. 2024.

GUSMÃO, R. C. S. Trabalhadores da Construção Civil e Justiça do Trabalho Durante a Ditadura Empresarial-Militar em Alagoas. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5810>. Acesso em: 4 abr. 2025.

KAUFMANN, C.; BALDISSERA, R. Comunicação organizacional e sustentabilidade: cartografia dos sentidos instituídos pelo discurso organizacional. Curitiba: Appris, 2021.

MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARQUES, J. G. Braskem além das rachaduras: memórias de um tempo quase esquecido. In: FRAGOSO, E. (org.). Rasgando a cortina de silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió. Maceió: Ed. Instituto de Alagoas, 2022. p. 23-38.

MONTENEGRO, Manuel C. Caso Pinheiro: a maior tragédia que o Brasil já evitou. LinkedIn: João Pinheiro Nogueira Batista. [S. l.], 28 de jan. 2024. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/joao-pinheiro-nogueira-batista>. Acesso em: 8 ago. 2024.

NASCIMENTO, C. E. A.; CAVALCANTE, M. S. A. O. O confronto discursivo entre o conservadorismo empresarial e a memória ambientalista e sindical alagoana. Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental, Rio Grande, RS, v. 35, n. 2, p. 42-61, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7551/5374>. Acesso em: 1 dez. 2023.

O PROGRESSO de Alagoas nas suas jazidas de salgema. O Globo, Rio de Janeiro, ano 53, n.16.137, 16 dez. 1977. Nordeste, p.19.

O COMPLEXO químico de Alagoas. O Globo, Rio de Janeiro, ano 53, n.16.137, 16 dez. 1977. Nordeste, p.19.

O FUTURO do nordeste está sendo tecido em Alagoas. O Globo, Rio de Janeiro, ano 61, n. 19.028, 17 de dez. 1985. Nordeste 85, p. 7.

PEREIRA, B. C. Memórias, conflitos e segredos diante da persistência da supressão: Etnografia entre familiares do desaparecido político Jayme Miranda durante a Ditadura Militar em Alagoas. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Aguardando defesa.

PRONZATO, C. Poemas para resistir: o caso Braskem. Maceió: CBA Editora, 2022.

RICOEUR, P. A hermenêutica bíblica. Apresentação François-Xavier Amherdt. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, P. Tempo e Narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROSSI, P. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SEVERIANO, R. Buraco. Maceió, 2 dez. 2023. Instagram: @severiano082. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoXqH01reWk/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, PE, Brasil; mestra pela mesma instituição. Professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em Maceió, AL, Brasil.

Thaina Evellyn Martiniano Alexandre

Mestra em História pela Universidade Federal do Alagoas (Ufal), em Maceió, AL, Brasil; graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela mesma instituição. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em Maceió, AL, Brasil.

Endereço para correspondência

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues

Thaina Evellyn Martiniano Alexandre

Universidade Federal do Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n

Tabuleiro do Martins, 57072-900

Maceió, AL, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.